

**Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra**

<b>Autor</b> BARBOSA, António		<b>Ano de elaboração</b> 1968	<b>Ano de publicação/impressão</b> 1968
<b>Título completo da obra</b>  <i>Relações entre o Vaticano II e a Opinião Pública do Seu Tempo</i> <i>Conferência Pronunciada no Seminário Maior do Porto, no Encerramento da 1.ª Exposição de Imprensa Diária Nacional, em 19 de Maio de 1968</i>			
<b>Tema PRINCIPAL</b>  Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo/Liberdade de Imprensa			
<b>Local de edição</b> Braga	<b>Editora ou tipografia</b> Separata da revista “Theologica Vol. III-FAC.II		<b>Número de páginas</b> 15
<b>Cota na Biblioteca Nacional e noutras bibliotecas públicas</b>			
<b>Biblioteca:</b> Biblioteca Pública Municipal do Porto		<b>Cotas:</b> M7-11-6 (14)	
<b>Biblioteca:</b> Biblioteca Nacional		<b>Cotas:</b> R. 12901 V.	
<b>Esboço biográfico sobre o autor ou autores</b>			

## **Índice da obra**

### **I- Opinião pública e opiniões: pp. 1-2**

A) Análise da opinião e dos seus elementos: pp. 2-3

a – Opinar é conhecer imperfeitamente: pp. 3

b – A dimensão social da opinião: p. 4

B) Exame fenomenológico da opinião pública: p. 5

a – Diversificação e estruturação da opinião pública: pp. 5-6

b – Condições geradoras de opinião pública: p. 6

### **II- Relações do Concílio com a opinião pública: p.7**

B) Como se descreveu a si mesma a Igreja do Concílio Vaticano II?: p. 7

1 – A importância da informação: pp. 7- 8

2 – O “interesse humano” do Concílio: p. 8

3 – A desvinculação dos poderes temporais: pp. 8- 9

4 – O fenómeno do “aggiornamento”: pp. 9-10

5 – Os profissionais dos “mass media”: p. 10

B) Que influência, se é que a houve, teve o mundo sobre o Concílio? p.11

1 – Os leigos e o Concílio: p. 11

2 – O diálogo e as suas condições de êxito: pp. 11- 12

3 – A presença dos não católicos: p. 12

4 – A influência dos “mass media” nos trabalhos conciliares: p. 13

C) O que é preciso fazer para que a Igreja esteja cada vez mais presente na opinião pública?: p. 13

1 – Uma nova maneira de ser: “a mentalidade laical”: pp. 13- 14

2 – A pluralidade e a espontaneidade como valores sociais: p.. 14

3 – Uma meta: a diversidade de opiniões públicas cristãs: pp. 14- 15

## Resumo da obra

O autor, ao falar do concílio Vaticano II, diz que a Igreja está claramente interligada à opinião pública. Para ele, não é fácil dizer em que consiste a opinião pública, pois esta não tem uma definição própria, mas várias definições.

António Barbosa relembra assim, a propósito, que o Papa Pio XII considerou a opinião pública como “o património de toda a sociedade normal composta por homens que, conscientes da sua conduta pessoal e social, estão intimamente ligados à comunidade de que fazem parte. É o eco natural, a ressonância comum, mais ou menos espontânea, dos acontecimentos e da situação actual nos seus espíritos e nos seus juízos” (pp.1-2)

Barbosa diz também que, segundo as conclusões da quinquagésima terceira Semana Social de França, a opinião pública “é a reacção dum grupo humano a um estímulo interno ou externo que coloca em crise o seu sistema de valores. (...) Há, portanto, opinião pública, num grupo humano que supera determinada dimensão, quando a reacção desse grupo se manifesta numa atitude que envolve um certo compromisso. A opinião constitui uma realidade ao mesmo tempo pessoal e social. O indivíduo é simultaneamente espectador e actor; pode influir sobre a opinião, e em certos casos até notavelmente, embora a opinião pública não se forme enquanto não houver uma situação social propícia. Por sua vez o indivíduo é também influenciado pela opinião do ambiente”. (p.2)

Citando uma notável “personalidade do nosso país”, Barbosa realça, ainda, que a “opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número de componentes de dado grupo social de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação.” (p.2) Trata-se então de um juízo individual; mas que se torna público e portanto, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectivo.

O autor, depois disto, faz uma análise da opinião pública e dos seus elementos, começando por dizer que opinar é julgar. O homem para os outros, encontra-se quotidianamente como um espectador activo que interpreta e explica os acontecimentos da forma como os vê, com uma atitude de subjectivismo psicológico. Por isso, entre os diferentes tipos de juízo há alguns que podem ser menos certos – os juízos de opinião. Estes juízos são diferentes dos chamados juízos ou conclusões científicas e das afirmações intuitivas. Não são juízos científicos porque o seu objecto não é abrangido completamente pela razão; distinguem-se das afirmações intuitivas pela ausência de um factor de evidência. Assim sendo, o ser humano é obrigado a opinar sempre que não tenha um conhecimento perfeito da realidade. O autor diz ainda que todo o processo de conhecimento tem no seu início uma interrogação e, passando pela dúvida, pode conduzir a um juízo científico ou de opinião. Quando este é o termo final do raciocínio e se emite a opinião, o ser humano, está, portanto, a conhecer uma realidade que em si mesma é imperfeita, logo, a verdade é imperfeita. A opinião é também um acto de vontade, contendo um outro elemento essencial que é a liberdade. Neste contexto o autor conclui que “É, com efeito, necessário, para que possamos formular uma opinião, que a apresentação das diferentes hipóteses sobre as quais vai recair a nossa escolha não restrinja a nossa liberdade, não apenas no sentido de uma liberdade jurídica, mas no sentido de uma liberdade concreta e prática” (p.3).

Segundo o autor, citando o papa João XXIII, a opinião pública é um facto simultaneamente social e pessoal, resultado da socialização, isto é, a “multiplicação progressiva das relações na vida pública (...) tendência natural, quase incoercível, dos seres humanos para a associação, com vista a conseguir objectivos que ultrapassam as capacidades e os meios de que os indivíduos podem dispor” (João XXIII, Enc. “Mater et Magistra). (p.4)

António Barbosa conclui, então, que, enquanto fenómeno pessoal, a opinião pública compromete-nos a cada um de nós porque não é uma simples avaliação, mas consiste numa orientação para a acção.

No fenómeno social, a opinião pública não é unicamente pessoal, mas também colectiva, nascendo no grupo, no meio ou comunidade a que pertencemos.

O autor considera que os católicos são responsáveis da própria opinião e da opinião pública a que aderem na Igreja e na Cidade, e que são igualmente responsáveis da opinião pública que exprime a sua consciência comunitária.

Barbosa sustenta que, a nível fenomenológico, distinguem-se na opinião pública como que dois estados: estado latente e estado de lucidez ou despertar.

O autor diz que “podemos medir a sua intensidade e referirmo-nos a opiniões pacíficas e tranquilas, que agitam levemente a vida social ou descrever opiniões activas e turbulentas, que alteram o ritmo de vida de uma nação. Uma opinião pública nunca é um ponto imóvel e fixo, mas sim dinâmico que tende a desenvolver-se vitalmente como um drama ou uma comédia.”(p.5)

A opinião pública, segundo o autor, também pode ser diversificada e estruturada. É diversificada na medida em que as pessoas que constituem os grupos sociais e produtores de opinião não são os mesmos e as razões que os mantêm unidos são diferentes. Os motivos de interesse, os tipos de comunicação e os diversos níveis culturais especificam os seus pontos de vista. A soma destes factores faz com que o propósito de um mesmo assunto se estabeleçam opiniões públicas diferentes: cada grupo tem a sua.

Mas dentro de cada grupo de opinião diversificam-se muitas vezes as tendências profundas em sub-grupos. A opinião pública não é, portanto, monolítica.

Segundo o autor, a opinião pública é estruturada a partir dos hábitos, preconceitos, costumes e tradições dum grupo. É isto que determina certos comportamentos e atitudes de um indivíduo face a um acontecimento. Os partidos políticos, as instituições sindicais e as associações profissionais, a família e a escola também são um modo de estruturação da opinião pública.

Neste exame fenomenológico, o autor menciona, por fim, alguns pontos relacionados com a génese da opinião pública, que são os seguintes: “A opinião pública pode ter origem num acontecimento central ou numa série de pequenos factos simultâneos ou sucessivos”; “Esse acontecimento gerador da opinião pública precisa, para vingar, de um clima social propício”; “O conteúdo ou mensagem desse acontecimento deve harmonizar-se”; “A mensagem contida no acontecimento produtor da opinião pública deve ir ao encontro das necessidades confessadas ou inconfessadas de um grande número de indivíduos”; “A transcendência do acontecimento conhecido num âmbito restrito numa primeira fase é posteriormente amplificada pelos “mass-media”; “Por último, esse acontecimento deve encontrar um eco reforçado na intervenção directa dos indivíduos que constituem o todo social.” (p.6)

Uma vez que ficaram traçadas as linhas mestras dos principais conceitos – Concílio Vaticano II e opinião pública – o autor, daqui em diante, vai examinar de um modo genérico o conjunto de juízos e de reacções colectivas provocadas pelo Concílio no mundo do seu tempo.

O autor começa, então, por fazer duas perguntas: “ Como se apresentou a Igreja do Vaticano II à opinião pública? Que descrição fez de si própria?”(p.7)

Sendo assim, e segundo o autor, o primeiro facto que se deve mencionar é o da informação que a Igreja soube dar de si mesma ao mundo. “A informação é reconhecida unanimemente como um direito universal, inviolável e inalienável. (...) É um direito simultaneamente activo e passivo; a procura da informação e a possibilidade de que todos a recebem”. (p.7)

Assim sendo, a falta de informação que o mundo católico e não católico sofria a respeito da Igreja foi, deste modo, preenchida com inegáveis benefícios.

Para o autor, a rádio, a imprensa, a televisão... em suma, todos os meios de comunicação, desempenharam, sem dúvida uma função insubstituível para a difusão do Concílio e, com ele, da mensagem cristã e de uma mais exacta mensagem da Igreja. Embora tenha havido erros e abusos, o que era inevitável, a Igreja deve aos “mass-media” ter sido o centro de interesse para milhões e milhões de leitores, auditores e telespectadores, tomando, com toda a naturalidade, o seu lugar no quotidiano. Segundo o autor, a melhor verificação deste facto transparece no comentário de um director de uma agência de notícias que afirmava, durante o tempo em que decorriam as sessões conciliares: “a notícia religiosa vende-se e vende-se bem”. (p.8)

Para o autor, “o «espectáculo» das sessões conciliares; a figura extremamente simpática do «bom Papa João» – a agonia e a morte de João XXIII levantaram em todo o mundo uma enorme onda de solidariedade humana, a atitude de compreensão, de modéstia, patentes na Aula conciliar, impressionaram a opinião pública, sem distinções de credos ou de raças”.(p.8). O facto de que os bispos contestarem livremente as questões, e não tivessem aderido sem discussão nas matérias que foram objecto de divergência, escandalizou, com certeza, alguns católicos, excessivamente habituados a considerarem a Igreja como um exército em que a disciplina substitui a simples investigação da Verdade.

Segundo Douglas Woodruff, director da revista londrina *The Tablet*, citado pelo autor, “não houve até agora nenhum Concílio em que os governantes menos intervissem, nem houve outro em que se tivesse pensado de um modo mais premeditado sobre a opinião pública do mundo exterior e no que a Igreja podia fazer para lhe dar uma satisfação”. (p.8)

O autor afirma que “a Igreja enquanto instituição não apareceu através do Concílio como potência “política”(p.8); logo, “foi registado como um facto decisivo pelos indiferentes e pelos adversários da Igreja, a sua desvinculação dos poderes políticos. Mas ao mesmo tempo essas mesmas pessoas foram agradavelmente surpreendidas por verificarem o interesse da Igreja por todos os problemas que afligem a Humanidade, participando nas preocupações do homem da rua e manifestando estima pelos valores humanos e temporais” (p.9).

E é neste contexto que surge o fenómeno a que se deu o nome de “aggiornamento”. *Aggiornamento* significa Fidelidade. Para o autor, *aggiornamento* significa fidelidade de um marido, um soldado... isto é, de qualquer pessoa aos compromissos de amor e de justiça que um dia assumiu. “A fidelidade delicada, operativa e constante – que é difícil, como é difícil qualquer aplicação de princípios à realidade mutável do que é contingente – por isso é a melhor defesa da pessoa contra a velhice de espírito, a aridez de coração e a anquilose mental.” (p.9) O mesmo ocorre na vida das instituições, particularmente na vida da Igreja, que obedece, segundo Barbosa, não a um preçário do homem, mas a um desígnio de Deus.

Para Barbosa, a Redenção, a salvação do mundo, é a obra da amorosa e filial fidelidade de Jesus Cristo – e da do cristão com ele – à vontade do Pai que O enviou. Logo, o *aggiornamento* da Igreja é fundamentalmente uma reafirmação gozosa da fidelidade do Povo de Deus à missão recebida, ao Evangelho.

Segundo o autor, muitos dos assuntos tratados no Concílio alcançaram fácil difusão na opinião pública mundial: o controle de natalidade, a bomba atómica, o casamento dos diáconos, entre outros, mas também se falou da colegialidade, da Sagrada Escritura, entre outros temas relacionados especificamente com a Igreja. Os meios de comunicação social, apesar de terem um papel muito ingrato, pois facilmente adquirem e publicitam informações erradas e equivocadas sobre um determinado assunto ou acontecimento, não falharam no que toca à informação publicada sobre o Concílio. Segundo o autor, “toda a informação publicada sobre o Concílio é (...) extraordinariamente consoladora. Não se pode esquecer que predominou a informação honesta e cheia de respeito” (p.10)

Houve uma certa influência do mundo sobre o Concílio. Segundo o autor, e baseando-se nos documentos conciliares: “O mundo esteve lá” (p.11), isto é, o “mundo” esteve na Aula conciliar e influenciou os trabalhos conciliares na medida em que este foi assunto de ponderação e decisão para os padres conciliares e para toda a Igreja.

O autor faz referência a outros temas debatidos no Concílio, tais como os casamentos mistos, o papel da mulher na Igreja e outros que, “vindos de fora” da aula conciliar, vieram a encontrar lugar em virtude da “missão materna que a Igreja desempenha em relação a toda a humanidade”. Para o autor, toda esta problemática, iniciada com a encíclica *Ecclesiam Suam*, ficou recompilada nos parágrafos 40 e 45 da *Gaudium et Spes* e pode resumir-se numa única e perfeita palavra: diálogo. De acordo com o autor, para a Igreja Conciliares esse

é o meio de resolver os grandes problemas. Mas para se dialogar é necessária, sustenta António Barbosa, uma boa formação, pois não se pode dialogar com analfabetos ou com alguém que não fale a nossa língua. Logo, o autor classifica como requisito essencial do autêntico diálogo a necessidade uma boa formação cristã, sendo este o único acesso possível para a formação de uma sã opinião pública. “Por isso, o problema de fundo da “necessária opinião pública na Igreja” é equivalente ao problema da necessária formação doutrinal dos fiéis.” (p.12)

Um outro problema tratado na Aula conciliar foi a presença da opinião pública do mundo profano, por via oficial da presença dos observadores não católicos.

Por fim, o autor questiona-se sobre se os meios de comunicação social influenciaram o desenvolvimento dos trabalhos conciliares, pelos seus artigos e comentários, tornados públicos na imprensa, na rádio e televisão. Para o autor, a resposta é “claramente afirmativa e negativa” (p.13): “Na medida em que a informação publicada contribui para dar a conhecer às camadas mais selectas da opinião pública o sentimento geral mais vulgar sobre os trabalhos conciliares podemos responder que sim (...). Pelo contrario, é preciso pronunciar-se negativamente quando se julga a possível transcendência nos trabalhos conciliares das opiniões pessoais manifestadas durante a época do Concílio através de artigos ou de comentários”. (p.13)

Finalizando, o autor, termina com uma última pergunta: “ O que é preciso fazer para que a Igreja esteja cada vez mais presente na opinião pública?”(p.13). Segundo ele, e iniciando o seu discurso com uma mentalidade laica, todos devem respeitar a liberdade pessoal de cada cristão e pela sua legítima espontaneidade apostólica, até porque o Concílio Vaticano II foi o primeiro que dedicou um documento ao apostolado dos leigos. Segundo António Barbosa, também pertence a este Concílio o mérito de dedicar, pela primeira vez, um documento aos meios de comunicação social, onde se afirma que o apostolado da opinião pública pertence, doravante, aos leigos. Portanto, segundo o autor, nenhum cristão “deve pensar ou dizer que desce do templo ao mundo para representar a Igreja, e que as suas soluções são as soluções católicas daqueles problemas”(p.13).

Depois da mentalidade laical, o autor diz que os católicos podem vir a desempenhar uma função criadora de uma opinião pública sã e autêntica se existir um clima de pluralidade e espontaneidade sociais, que apenas podem nascer e aumentar num regime de liberdade responsável. Por fim, e como forma de conclusão, o autor sublinha que, “os cristãos enquanto cidadãos, devem agir com inteligência nos importantes sectores da actividade humana em que se forma a opinião pública para neles mostrar a autentica personalidade da Igreja”. (p.15)

**Nome completo do autor da ficha bibliográfica:** Maria de Fátima Belinha Santos

**E-mail:** minnies\_2as@hotmail.com